



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
COMISSÃO DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS - CSF**

ATA REUNIÃO

DATA E HORÁRIO: 13 de dezembro de 2023 às 14:00 horas.

LOCAL: Zoom

REUNIÃO CONDUZIDA POR: Dra. Cibelle Karoline Pacheco

ASSUNTO: Reunião Fazenda Capivari - Proad 202306000418069 – Processo 5108003-77.2020.8.09.0117

SECRETÁRIA: Cristiane de Paula Neiva – Secretária da CSF-TJGO

PARTICIPANTES:

1. Dra. Cibelle Karoline Pacheco – Juíza de Direito;
2. Dr. Fernando Pires de Oliveira Filho – Advogado dos Requerentes (OAB/GO 43.592);
3. Sr. Tiago de Melo – Conciliador do INCRA;
4. Dr. Gustavo Alves de Oliveira – Defensor Público;
5. Sra. Lana Mara Bonfim – CSF;
6. Sra. Cristiane Neiva – Secretária da CSF-TJGO.

ABERTURA:

Aberta a reunião pela Juíza de Direito membro da Comissão de Soluções Fundiárias – CSF-TJGO, Dra. Cibelle Karoline Pacheco que agradeceu a presença de todos e em seguida esclareceu o propósito da Comissão de Soluções Fundiárias e logo após adentrou a matéria da pauta preestabelecida.

PAUTA:

Tratativas gerais referente a Fazenda Capivari, processo com o protocolo nº 5108003-77.2020.8.09.0117, 2ª Vara Cível da Comarca de Palmeiras de Goiás, Juiz titular Dr. José Cássio de Sousa Freitas, que foi encaminhada para análise e deliberação da Comissão de Soluções Fundiárias – CSF deste Tribunal de Justiça.

RESUMO

Dra. Cibelle Karoline Pacheco solicitou ao advogado dos autores, Dr. Fernando, informações sobre as pessoas que residem no local, a situação de vulnerabilidade.

Dr. Fernando informou que “quando eu ingressei com a ação, tinha até um pouco mais agente do que está lá na atualidade. Aqui em Palmeiras passa ferroviário. Aqui é Norte Sul e a informação que eu tenho é que a grande parte desse pessoal está acampado à margem dessa ferrovia. E eles meio que abandonaram esse local.”

Dra. Cibelle Karoline Pacheco indagou se a área em discussão não está mais ocupada.

Dr. Fernando esclareceu “Não, é... Lá na época que eu ingressei com a ação, parece que tinha 80 famílias, tinha muita gente. Hoje, me parece que a informação que eu tenho é que tem, acho que, seis pessoas só.”

Dra. Cibelle Karoline Pacheco perguntou se essas pessoas são da família da requerida Sra. Maria Goreti, no processo de reintegração, se elas permanecem no local e se há mais pessoas. Dr. Fernando informou “A informação que eu tenho é que quem está lá agora chefiando esse grupo é um tal de Giovanni. Não conheço também.”

Dra. Cibelle Karoline Pacheco perguntou a respeito da vulnerabilidade dessas pessoas e quais os motivos que eles estão no local.

Dr. Fernando disse “Aparentemente, eles estão lá porque me parece que é uma disputa de terra que já vem se arrastando ao longo de décadas aqui em Palmeiras. É uma coisa que eu acho que não tem muito fundamento, mas eles ainda permanecem lá, achando que tem algum direito na terra daquela região.”

Dra. Cibelle Karoline Pacheco indagou se a ação refere-se a um contrato de locação, bem como se houve o falecimento do Senhor Divino e a Maria Goretti continuou nesse local. Dr. Fernando esclareceu “(...) Isso. eles se recusaram a sair e foi passando, foi rolando mais gente até que chegou ao ponto de ser 80 famílias lá.”

Dra. Cibelle Karoline Pacheco perguntou se as pessoas que estão no local fazem parte de uma família.

Dr. Fernando informou: “ Não, eu não sei se faz parte só de uma família, mas me parece que o líder deles, pelo que tem no processo, ele falou que está residindo lá, mas as informações é que eles só estão mantendo esses acampamentos lá. E essas seis pessoas que ele disse que moram lá, eu não sei se são da mesma família ou são de famílias distintas.”

Dra. Cibelle Karoline Pacheco perguntou sobre os acampamentos, se são os mesmos de quando existiam 80 pessoas.

Dr. Fernando informou que sim.

Dra. Cibelle Karoline Pacheco indagou se o Dr. Gustavo sabe informar outros dados.

Dr. Gustavo informou “Não, só que eu ouvi dos autos ali mesmo, seriam de seis a dez núcleos familiares, como é um movimento social também organizado, ali é o MST, Movimento dos Trabalhadores... Normalmente eles têm grupos, eles são famílias unipessoais ou famílias pequenas, tem essa questão do conflito da área ali, a vulnerabilidade nesses casos, ela é quase que sempre, ela existe mesmo, são sempre, 90% dos casos, grupos de extrema vulnerabilidade, mas eu não sei de fato qual que é a dimensão desse conflito, a história deles, quais são as soluções possíveis, por isso que eu acho que lá vai ser também importante a gente fazer a visita para saber quantas pessoas de fato têm e qual que é o contexto

que eles ainda permanecem lá, se as outras famílias foram para a faixa de domínio da rodovia, porque esse grupo permanece, qual que é a expectativa deles para tentar construir a solução.”

Dra. Cibelle Karoline Pacheco indagou se o Dr. Tiago gostaria de tecer algum comentário.

Dr. Tiago informou: “Então, a Fazenda Capivari já foi objetivo de demanda processual aqui dentro do INCRA, mas é uma demanda bastante antiga, eu acho que o processo está arquivado, ele não está nem digitalizado, eu andei pesquisando, e esse processo deve ter (...) por volta de 18 anos, por volta de 2006, 2007, e a Fazenda foi requisitada por, na época, eu acho que era o movimento do MT, para título de Historia Agrônômica, Historia para a Proteção de Terras, para reforma agrária, só que ela (...) estava vazia, e havia um conflito da domialidade, na época, faz bastante tempo que eu vi o processo, na época, demandava para fazer o estudo de cadeia dominial da propriedade, só que com a restrição da lei de 2004, as fazendas que fossem invadidas não poderiam ser vistoriadas, mas (...) existe a demanda no momento, que eles estão na beira da GO, na região, e caso o proprietário tenha interesse, ele pode ofertar, ele pode abrir a propriedade para vistoria.”

Dr. Gustavo indagou ao Dr. Fernando sobre a extensão da área.

Dr. Fernando disse “É menos de um hectare, eu acho que se não me engano são de oito litros. É bem pequena. Está dentro da fazenda Capivari, mas a área dessa discussão mesmo é pequena.” Destacou que é apenas a área de 8 litros, que está dentro da fazenda Capivari.

Dr. Gustavo indagou ao Sr. Tiago se não foi feito o estudo de cadeia de domínio da terra, foi respondido que não.

Dra. Cibelle indagou ao Dr. Fernando se havia possibilidade de conciliação, na medida de oferta de venda da área ocupada ao INCRA, o que respondeu sim, há a possibilidade.

Dr. Gustavo informou que o INCRA não tem projeto para a parte do imóvel ocupado.

Dra. Cibelle informou que determinará a expedição de ofício ao Município para averiguar a quantidade de pessoas, levantamento da quantidade de famílias, se estão inclusas em programas de habitação ou social e acerca da vulnerabilidade dos ocupantes.

Dr. Gustavo solicitou que seja feito esse estudo através do CadÚnico, ‘porque além de fazer o estudo, o relatório socioeconômico, eles já fazem a inclusão no CadÚnico e nos programas que eventualmente eles têm direito. Se for outra equipe, às vezes tem o perfil, mas não tem a inclusão direta nos benefícios.”

A Dra. Cibelle indagou sobre a resposta do ofício endereçado ao Juiz titular do processo, o que foi informado que ainda não houve resposta.

Dr. Gustavo indagou a Secretária da Comissão se a parte ré foi intimada, ocasião em que a foi informado sobre a sua intimação, por e-mail, contudo não conseguiu contato telefônico com nenhum morador, nem advogado da parte ré, tampouco com o representante do movimento do local. Dr. Gustavo informou que em caso de esgotamento do prazo para cumprimento das diligências ora determinadas, poderá ser solicitado a equipe do Centro Multidisciplinar da Defensoria Pública para traçar o perfil dos moradores do local.

DELIBERAÇÕES

Ficou deliberado pela Dra. Cibelle a expedição de ofício ao Município de Palmeiras de Goiás para que proceda o levantamento da quantidade de pessoas e de famílias residentes no local (Fazenda Capivari), bem como se estão inclusas em programas de habitação ou social e a vulnerabilidade dos moradores, através do CadÚnico, no prazo de 15 dias.

Ainda determinou que, em caso de morosidade na resposta pelo Município, seja solicitado a Defensoria Pública do Estado de Goiás o levantamento dos referidos dados.

Consignou ainda pela elaboração de ata e seu encaminhamento para as partes presentes na reunião.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a expor, devidamente aprovada a ata, encerrou-se a reunião. Eu, Cristiane de Paula Neiva, Secretária da Comissão de Soluções Fundiárias do Estado de Goiás que a digitei.

Goiânia, datado e assinado digitalmente.

Dra. Cibelle Karoline Pacheco

Juíza de Direito

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 798949734000 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202306000418069 (Evento nº 36)

CIBELLE KAROLINE PACHECO

JUIZ DE DIREITO

CATALÃO - VARA DE FAZENDAS PÚBLICAS E REGISTROS PÚBLICOS

Assinatura CONFIRMADA em 30/01/2024 às 13:55

